



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638968 - BA (2021/0003932-3)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : OSWALDO CORREIA VIANA
ADVOGADO : OSWALDO CORREIA VIANA - DF007013
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE : NEUILTON SOUZA DOS SANTOS (PRESO)
CORRÉU : CLERISTON BARBOSA DOS SANTOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de NEUILTON SOUZA DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (*HABEAS CORPUS* CRIMINAL n. 8032398-48.2020.8.05.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente desde o dia 29 de junho de 2020, pela prática, em tese, do crime tipificado no art. 155, § 4º, I e IV, e 288, parágrafo único, ambos do Código Penal e art. 244-B do ECA.

Sustenta o impetrante que há "Ausência de possíveis indícios de autoria, eis que acusado não participou de qualquer furto, e que todas as pessoas ouvidas, não mencionaram o nome do acusado" (fl. 4).

Alega também que o paciente sofre constrangimento ilegal por excesso de prazo, pois sua prisão "já ultrapassa mais de 200 dias sem audiência de custódia ou qualquer apresentação do acusado" (fl. 5).

Requer, liminarmente, a concessão de "efeito suspensivo, quanto à decretação da prisão preventiva, cassando a decisão que determinou a prisão do acusado" e, no mérito, a concessão definitiva da ordem (fls. 5-6).

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante

ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

Nos termos da jurisprudência desta Corte, "o trancamento da ação penal por ausência de justa causa exige comprovação, de plano, da atipicidade da conduta, da ocorrência de causa de extinção da punibilidade ou da ausência de lastro probatório mínimo de autoria ou de materialidade" (HC 532.052/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 18/12/2020).

Assim, no caso concreto, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, *c/c* o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente